

SUMÁRIO

Capítulo 1

CONFLITOS SOCIETÁRIOS ORIUNDOS DE PACTOS SOCIETÁRIOS INCOMPLETOS OU NÃO CELEBRADOS	25
1.1. INTRODUÇÃO	25
1.2. POTENCIAIS CONFLITOS SOBRE AS PARTES	26
1.2.1. A questão do número de Sócios por cabeça e o Controle	26
1.2.2. A Pessoa Jurídica como Sócia e a Cessão Indireta de quotas	29
1.2.3. Conclusão	32
1.3. POTENCIAIS CONFLITOS SOBRE O PRAZO E O OBJETO DA SOCIEDADE.....	33
1.3.1. Sociedade a prazo determinado ou indeterminado.....	33
1.3.2. A relevância nesta distinção: retirada imotivada em Sociedade de Propósito Específico (SPE).....	34
1.3.3. Conclusão	35
1.4. POTENCIAIS CONFLITOS SOBRE A DECLARAÇÃO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.....	36
1.4.1. A Solidariedade perante a integralização e estimação dos bens, bem como a Corresponsabilização em caso de não comprovação do ato ..	37
1.4.2. O problema da declaração inverídica do Capital Social	39
1.4.3. Conclusão	40
1.5. POTENCIAIS CONFLITOS SOBRE FUNÇÕES DE SÓCIOS.....	40
1.5.1. A relevância em se prever por escrito funções esperadas dos Sócios	41
1.5.2. O não desempenho como causa de exclusão	42
1.5.3. O cuidado com os Programas de Partnership	43
1.5.4. Conclusão	43
1.6. POTENCIAIS CONFLITOS SOBRE CAPITALIZAÇÃO	43
1.6.1. Os abusos em Aumento de Capital.....	44
1.6.2. A importância dos Pactos de capitalização	45
1.6.3. O problema da Capitalização Informal.....	46
1.6.4. Conclusão	48

1.7.	POTENCIAIS CONFLITOS SOBRE A ADMINISTRAÇÃO.....	48
1.7.1.	Regra geral sobre tomada de decisões empresariais	50
1.7.2.	Cuidados com a regulamentação da Administração	51
1.7.3.	A possibilidade de destituição em caso de delegação	52
1.7.4.	Conclusão	54
1.8.	POTENCIAIS CONFLITOS SOBRE DELIBERAÇÃO SOCIETÁRIA	54
1.8.1.	O abuso no direito de votar	56
1.8.2.	A questão dos <i>quóruns</i>	58
1.8.3.	O impedimento em caso de conflitos de interesses.....	61
1.8.4.	Conclusão	66
1.9.	POTENCIAIS CONFLITOS SOBRE CONVOCAÇÃO E COMUNICAÇÃO	66
1.9.1.	Os cuidados com as regras de convocação	67
1.9.2.	A ordem do dia e surpresas intencionais	69
1.9.3.	Conclusão	70
1.10.	POTENCIAIS CONFLITOS SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS E ACESSO A DOCUMENTOS.....	70
1.10.1.	Os cuidados com as regras de Prestação de Contas	71
1.10.2.	Os cuidados com as regras de Acesso a Documentos.....	72
1.10.3.	Conclusão	73
1.11.	POTENCIAIS CONFLITOS SOBRE CESSÃO DE QUOTAS	73
1.11.1.	Regras que normatizem as Cessões de Quotas	74
1.11.2.	A Cessão de Quotas como instrumento suficiente para a transação..	76
1.11.3.	Conclusão	77
1.12.	POTENCIAIS CONFLITOS SOBRE NÃO CONCORRÊNCIA	78
1.12.1.	Os limites da cláusula de não concorrência	80
1.12.2.	Cláusula de ampliação subjetiva.....	82
1.12.3.	Instrumentos de validação da restrição	83
1.12.4.	Não concorrência X Concorrência desleal	85
1.12.5.	Conclusão	86
1.13.	POTENCIAIS CONFLITOS SOBRE O PRAZO DE ACORDO DE SÓCIOS	87
1.13.1.	A (im)possibilidade de rescisão imotivada de Acordos a prazo indeterminado.....	87
1.13.2.	O período de eficácia como parâmetro de interpretação do prazo de vigência	90
1.13.3.	Conclusão	91
1.14.	CONCLUSÃO DO CAPÍTULO.....	92

Capítulo 2**RESOLUÇÃO DE CONFLITOS SOCIETÁRIOS PERANTE AS JUNTAS COMERCIAIS E O DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO (DREI).....****95**

2.1.	INTRODUÇÃO	95
2.2.	CONHECENDO ESTE NOVO AMBIENTE	96
2.2.1.	A especialização do SINREM.....	97
2.2.2.	O custo pecuniário e de tempo	99
2.2.3.	Conclusão	100
2.3.	A “JURISDIÇÃO” NAS JUNTAS COMERCIAIS E NO DREI	100
2.3.1.	Os limites da “jurisdição”	100
2.3.2.	O principal instrumento de resolução: requerimento de cancelamento	102
2.3.3.	Fases do processo administrativo	104
2.3.4.	A possibilidade de concessão de efeito suspensivo aos recursos administrativos do SINREM.....	107
2.3.5.	Conclusão	108
2.4.	ANÁLISE DE DECISÕES E POSSIBILIDADES DO SINREM	109
2.4.1.	Introdução	109
2.4.2.	Convocação substitutiva	110
2.4.3.	Cancelamento por falsificação	112
2.4.4.	Alteração sorrateira na parte da consolidação (troca de miolo).....	116
2.4.5.	Cessão de quotas e posterior falecimento	117
2.4.6.	Conclusão	121
2.5.	CONFLITO DE NOMES EMPRESARIAIS	122
2.6.	INDEPENDÊNCIA DAS ESFERAS ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA.....	125
2.7.	CONCLUSÃO DO CAPÍTULO.....	126

Capítulo 3**PRINCIPAIS CAUSAS MATERIAIS DOS CONFLITOS SOCIETÁRIOS.....****129**

3.1.	INTRODUÇÃO	129
3.2.	RETIRADA	130
3.2.1.	O direito de retirada.....	130
3.2.2.	O procedimento da retirada	131
3.2.3.	Lock up, Cláusula de permanência e Sociedade a prazo determinado	132
3.2.4.	O arrependimento.....	133
3.2.5.	A possibilidade de averbação pelos Sócios remanescentes	134
3.2.6.	A manifestação precisa ser inequívoca	135
3.2.7.	A faculdade de dissolver totalmente a Sociedade	136
3.2.8.	A responsabilidade do Sócio retirante	137

3.2.9.	Análise estratégica da Retirada em situações de Conflitos Societários	139
3.2.10.	Conclusão	141
3.3.	EXCLUSÃO DE SÓCIO	142
3.3.1.	Introdução	142
3.3.2.	A exclusão de Sócio por falta grave societária	143
3.3.2.1.	Falta grave societária.....	144
3.3.2.1.1.	<i>Affectio societatis</i> e a falta grave	144
3.3.2.1.2.	Como lidar com o conceito jurídico indeterminado.....	147
3.3.2.1.3.	Princípios norteadores.....	148
3.3.2.2.	Exclusão Extrajudicial de Minoritário	149
3.3.2.2.1.	Procedimento	151
3.3.2.2.2.	Sociedade com dois Sócios	152
3.3.2.2.2.1.	Desnecessidade de notificação prévia.....	153
3.3.2.2.3.	Sociedade com mais de dois Sócios	155
3.3.2.2.3.1.	A ordem do dia e a desnecessidade de reunião monotemática	156
3.3.2.2.3.2.	O quórum de aprovação.....	159
3.3.2.2.4.	A cláusula permissiva	160
3.3.2.2.4.1.	Possibilidade de previsão em Acordo de Sócios	162
3.3.2.2.4.2.	(Im)possibilidade de alteração para inclusão e aplicação para fatos anteriores	164
3.3.2.2.5.	Exclusão vazia	165
3.3.2.2.6.	Opção pela via judicial	168
3.3.2.3.	Exclusão parcial?	170
3.3.2.4.	Exclusão Judicial	171
3.3.2.5.	Conclusão	171
3.4.	Sócio Remisso.....	172
3.5.	Incapacidade de Sócio.....	173
3.5.1.	Introdução	173
3.5.2.	A superveniência da incapacidade	174
3.5.3.	Potencialidade da causa.....	174
3.5.4.	Previsão em pactos societários.....	176
3.5.5.	Conclusão	177
3.6.	Falência de Sócio	177
3.6.1.	Introdução	177
3.6.2.	Procedimento	178
3.6.3.	Conclusão	179

3.7.	Divórcio de Sócio	179
3.7.1.	Necessidade de reconhecimento prévio à meaçaõ das quotas	180
3.7.2.	Ex-cônjuge e <i>status socci</i>	181
3.7.3.	Legitimidade na Açãõ de Exigir Contas?	182
3.7.4.	Direito aos lucros e à apuraçaõ de Haveres?	184
3.7.4.1.	Direito à apuraçaõ de Haveres	185
3.7.4.1.1.	Aplica-se ao ex-cônjuge o critério de apuraçaõ e formas de pagamento previstos no pacto societário?	188
3.7.4.2.	Direito aos lucros.....	190
3.7.5.	Conclusãõ	192
3.8.	Liquidaçaõ pelo credor particular de Sócio	192
3.8.1.	Introduçaõ	192
3.8.2.	O benefício de ordem.....	193
3.8.3.	Penhora e liquidaçaõ das quotas.....	193
3.8.4.	Conclusãõ	198
3.9.	Falecimento de Sócio	199
3.9.1.	Introduçaõ	199
3.9.2.	Liquidaçaõ das quotas	199
3.9.3.	Ingresso dos Sucessores	200
3.9.4.	Relevância dos Pactos Societários quanto ao tema.....	200
3.9.5.	Conclusãõ	202
3.10.	CONCLUSÃO DO CAPÍTULO.....	202

Capítulo 4

CONFLITOS SOCIETÁRIOS SOB O ASPECTO PROCESSUAL E ESTRATÉGICO.....		205
4.1.	INTRODUÇÃO	205
4.2.	AÇÕES DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA ÚTEIS EM CONFLITOS SOCIETÁRIOS.....	206
4.2.1.	Ação de Protesto contra alienação de bem.....	207
4.2.1.1.	Introdução	207
4.2.1.2.	Utilização em contextos de Conflitos Societários	208
4.2.1.3.	Conclusão	210
4.2.2.	Ação de Produção Antecipada de Provas	212
4.2.2.1.	Introdução	212
4.2.2.2.	Os benefícios do instituto.....	214
4.2.2.3.	Utilização em contextos de Conflitos Societários	215
4.2.2.4.	A produção de provas e o <i>fishing expedition</i>	218
4.2.2.5.	Conclusão	219
4.2.3.	Conclusão quanto às Ações de Jurisdição Voluntária.....	220
4.3.	TUTELAS DE URGÊNCIA MAIS FREQUENTES.....	221

4.3.1.	Os contornos do requerimento	222
4.3.1.1.	O que pedir?	222
4.3.1.2.	A necessária congruência	223
4.3.2.	Exclusão liminar dos quadros societários.....	224
4.3.3.	Suspensão da condição de sócio	225
4.3.4.	Destituição do Administrador e nomeação do Autor	226
4.3.5.	Destituição do Administrador e nomeação de Administrador Judicial	227
4.3.6.	Nomeação de Interventor-Observador dos atos de Gestão	228
4.3.7.	Sustação da realização de Assembleia.....	229
4.3.8.	Reintegração de Sócio excluído	231
4.3.9.	Bloqueio de patrimônio	232
4.3.10.	Suspensão dos efeitos de Acordo de Sócios.....	233
4.3.11.	Como dar efetividade às Tutelas de Urgência?.....	234
4.3.12.	Conclusão sobre as Tutelas de Urgência.....	235
4.4.	ASPECTOS PROCESSUAIS DAS AÇÕES DE DISSOLUÇÃO	236
4.4.1.	Dissolução Parcial.....	237
4.4.1.1.	Introdução	237
4.4.1.2.	Causas do rompimento parcial e cabimento da ação.....	239
4.4.1.3.	Objeto da ação: pedidos a serem corretamente formulados	242
4.4.1.4.	Cumulação de pedidos na ação de dissolução parcial.....	243
4.4.1.5.	Legitimidade ativa.....	244
4.4.1.6.	Legitimidade passiva e litisconsórcio necessário.....	248
4.4.1.7.	Procedimento: resposta dos réus, fases processuais e sentença parcial.....	249
4.4.1.8.	Apuração de haveres: critério de cálculo e procedimento de liquidação.....	252
4.4.1.9.	Conclusão	257
4.4.2.	Dissolução Total.....	258
4.4.2.1.	Introdução	258
4.4.2.2.	Espécies de Dissolução Total	259
4.4.2.2.1.	Dissolução total de pleno direito ou extrajudicial.....	259
4.4.2.2.1.1.	Procedimento	261
4.4.2.2.2.	Dissolução total judicial.....	262
4.4.2.2.2.1.	Procedimento	263
4.4.2.3.	Conclusão	264
4.4.3.	Conclusão quanto aos aspectos processuais da Dissolução	264
4.5.	ASPECTOS PROCESSUAIS DA CORRESPONSABILIZAÇÃO	266
4.5.1.	Introdução	266

4.5.2.	Incidente de Corresponsabilização	267
4.5.3.	A situação da extinção irregular.....	269
4.5.4.	Ajuizamento em autos apartados?.....	271
4.5.5.	Os pressupostos materiais da corresponsabilização dos Sócios	274
4.5.6.	Diferença entre as medidas de Corresponsabilização e as de Responsabilização.....	276
4.5.7.	A questão da sucumbência	277
4.5.8.	Conclusão	277
4.6.	ASPECTOS PROCESSUAIS DAS AÇÕES CONTRA ADMINISTRADORES	278
4.6.1.	Introdução	278
4.6.2.	A relação entre Administrador, Sociedade e Sócios.....	279
4.6.3.	Ações típicas contra Administradores	281
4.6.4.	A blindagem comum: <i>quitus</i>	282
4.6.7.	Conclusão	286
4.7.	ASPECTOS PROCESSUAIS DAS AÇÕES SOBRE DELIBERAÇÕES	288
4.7.1.	Introdução	288
4.7.2.	Ações típicas sobre Deliberações.....	288
4.7.3.	Conclusão	290
CONCLUSÃO		293
RECAIDO AO LEITOR		297
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		299